

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2021 e 2020. Colocamo-nos à disposição dos Senhores acionistas para esclarecimentos necessários. Cataguases, 22 de março de 2022. A Diretoria.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

BALANÇO PATRIMONIAL			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021			
(Valores expressos em milhares de reais)			
	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	37.982	279
Aplicação no Mercado Aberto	5.2	-	11.926
Concessionárias e permissionárias	6	3.612	6.852
Tributos a recuperar	7	2.878	751
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	10	50.859	48.979
Outros créditos		1.930	206
Total do circulante		97.261	68.993
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	10	573.138	561.828
		573.138	561.828
Imobilizado		143	170
Intangível		4	7
Total do não circulante		573.285	562.005
Total do ativo		670.546	630.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA PARA TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Passivo			
Cirulante			
Fornecedores	11	276	15.766
Encargos de Dividas	12	1.064	787
Impostos e contribuições sociais	13	10.019	4.943
Obrigações estimadas		158	116
Benefícios pós emprego	21	1	1
Instrumentos financeiros derivativos	20	5.241	-
Dividendos a pagar		1.791	-
Outras contas a pagar		591	734
Total do circulante		19.141	22.347
Não circulante			
Empréstimos e Financiamentos	12	193.835	166.025
Impostos e contribuições sociais	13	20.668	20.500
Impostos e contribuições sociais diferidos	7	14.880	16.448
Instrumentos financeiros derivativos	20	3.747	-
Benefícios pós emprego	21	1	3
Partes relacionadas	9	2.183	2.066
Outras contas a pagar		-	17
Total do não circulante		235.314	205.059
Patrimônio líquido e recursos destinados			
a futuro aumento de capital			
Capital social	14.1	152.594	121.939
Reserva de capital	14.2	180	116
Reserva Legal	14.3	13.527	12.544
Reserva de lucros	14.4	118.371	104.363
Reserva especial de dividendos	14.6	131.409	133.968
Outros resultados abrangentes	14.8	10	7
		416.091	372.937
Recursos destinados a futuro aumento de capital	9	-	30.655
Total patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aum		416.091	403.592
Total do passivo e patrimônio líquido		670.546	630.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA PARA TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2021	2020
Receita de infraestrutura, operação e manutenção, ganho de eficiência na implementação da infraestrutura e outras, líquidas		5.406	126.454
Remuneração dos ativos da concessão, líquida		62.861	50.327
Receita operacional líquida	15	68.267	176.781
Custo do operação	16	(14.952)	(77.990)
Lucro bruto		53.315	98.791
 Despesas gerais e administrativas	16	(3.586)	(1.241)
Outras receitas/despesas		62	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		49.791	97.550
 Receitas financeiras	17	1.227	492
Despesas financeiras	17	(23.206)	(2.398)
Despesas financeiras líquidas		(21.979)	(1.906)
 Resultado antes dos tributos sobre o lucro		27.812	95.644
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	(9.720)	(130)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	1.568	(5.403)
Lucro líquido do exercício		19.660	90.111
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	18	0,14	0,85

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA PARA TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Lucro líquido do exercício		19.660	90.111
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	14.8	3	105
Total do resultado abrangente do exercício		19.663	90.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

ENERGISA PARA TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	18	19.660	90.111
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	8	8.152	5.533
PIS & COFINS diferido		656	7.283
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		22.075	1.615
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contr	15	-	(50.487)
Remuneração do ativo de contrato	8	(68.892)	(52.278)
Amortização e depreciação	16	30	22
Marcação a Mercado de derivativos	17	12.068	-
Instrumento Financeiros Derivativos	17	(12.648)	-
Pagamento baseado em ações	9	64	77
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) diminuição de impostos a recuperar	7	(68)	317
Diminuição de Clientes		58.942	49
(Aumento) de outros créditos a receber		(1.724)	(200)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
(Diminuição) aumento de fornecedores		(14.989)	8.738
Aumento de obrigações estimadas		42	32
Diminuição de impostos e contribuições sociais		(5.134)	(3.826)
(Diminuição) aumento de outras contas a pagar		(160)	240
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		18.074	7.226
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras e recursos vinculados		13.136	(8.864)
Aplicações no imobilizado e intangível		-	(108)
Aplicações em Linhas de Transmissão de Energia	23	(501)	(77.613)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos		12.635	(86.585)
Atividades de financiamento			
Aumento de capital			
Novos empréstimos e financiamentos	12	27.682	28.963
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - juros	12	(22.732)	(2.986)
Recursos destinados a futuro aumento de capital	9	-	30.655
Recebimento por liquidação de instrumentos financeiros derivativos		7.514	-
Pagamento de dividendos		(5.437)	-
Partes relacionadas		(33)	260
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		6.994	56.892
Variação líquida do caixa		37.703	(22.467)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	5.1	279	22.746
Caixa mais equivalentes de caixa finais	5.1	37.982	279
Variação líquida do caixa		37.703	(22.467)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

ENERGISA PARA TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Geração do valor adicionado			
Receitas			
Remuneração do ativo de contrato da concessão	15	71.624	102.765
Receita de construção da infraestrutura	15 e 17	-	88.391
Outras receitas	15	70	-
		71.694	191.156
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, serviços de terceiros	16	15.931	262
Outros custos operacionais	16	120	77.972
		16.051	78.234
Valor adicionado bruto		55.643	112.922
Retenções			
Depreciação e amortização		30	21
Valor adicionado líquido produzido		55.613	112.901
Valor adicionado recebido em transferência			
Receita financeira	17	1.227	492
Valor adicionado a distribuir		56.840	113.393
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		1.824	530
Benefícios		128	88
FGTS		125	86
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		11.137	12.585
Estaduais		13	9
Municipais		6	-
Obrigações Intra-setoriais		741	64
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	17	23.206	9.920
Remuneração de capitais próprios			
Reserva legal	14.3 e 14.7	983	5.220
Reserva de Dividendos Especiais	14.6	-	99.180
Dividendos	14.7	4.669	-
Retenção de lucros	14.4	14.008	-
Prejuízos Acumulados		-	(14.289)
		56.840	113.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA PARA TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Reserva especial de dividendos	Lucros (prejuízos) acumulados	Recursos destinados e futuro aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Total
			Reserva Legal	Retenção de lucros					
Saldos em 01 de janeiro de 2020	57.824	39	7.324	104.363	34.788	14.289	64.115	(98)	282.644
Aumento de capital conforme AGOE de 30 de abril de 2020	14.1	64.115	-	-	-	-	(64.115)	-	-
Programa de Remuneração Variável (ILP)	14.2	-	77	-	-	-	-	-	77
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	90.111	-	-	90.111
Proposta de destinação do lucro líquido:									-
. Reserva legal	14.3	-	-	5.220	-	(5.220)	-	-	-
. Reserva de Dividendos Especiais	14.6	-	-	-	99.180	(99.180)	-	-	-
Recursos destinados a futuro aumento de capital	9	-	-	-	-	-	30.655	-	30.655
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos		-	-	-	-	-	-	105	105
Saldos em 31 de dezembro de 2020	121.939	116	12.544	104.363	133.968	-	30.655	7	403.592
Aumento de capital conforme AGOE de 15 de abril de 2021	14.1	30.655	-	-	-	-	(30.655)	-	-
Pagamento de dividendos		-	-	-	(2.559)	-	-	-	(2.559)
Programa de remuneração variável (ILP)	14.2	-	64	-	-	-	-	-	64
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	19.660	-	-	19.660
Proposta de destinação do lucro líquido:									-
. Reserva legal	14.3	-	-	983	-	(983)	-	-	-
. Retenção de lucros	14.4	-	-	-	14.008	(14.008)	-	-	-
. Dividendos	14.7	-	-	-	-	(4.669)	-	-	(4.669)
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	14.8	-	-	-	-	-	-	3	3
Saldos em 31 de dezembro de 2021	152.594	180	13.527	118.371	131.409	-	-	10	416.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. Balanço Social

ENERGISA PARA TRANSMISSORA DE ENERGIA I S/A						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2021						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de cálculo	2021			2020		
Receita líquida (RL)	68.267			176.781		
Resultado operacional (RO)	49.791			95.644		
Folha de pagamento bruta (FPB)	2.149			1.658		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	47	2,19%	0,07%	31	1,87%	0,02%
Encargos sociais compulsórios	493	22,94%	0,72%	362	21,83%	0,20%
Previdência privada	81	3,77%	0,12%	65	3,92%	0,04%
Saúde	75	3,49%	0,11%	52	3,14%	0,03%
Segurança e saúde no trabalho	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	439	20,43%	0,64%	341	20,57%	0,19%
Outros	0	0,00%	0,00%	5	0,30%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	1.135	52,82%	1,66%	856	51,63%	0,48%
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	10.663	38,34%	15,62%	12.232	12,79%	6,92%
Total - Indicadores sociais externos	10.663	38,34%	15,62%	12.232	12,79%	6,92%
4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	-	0,00%	0,00%	1.896	1,98%	1,07%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	232	0,83%	0,34%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	232	0,83%	0,34%	1.896	1,98%	1,07%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional	2021			2020		
Nº de empregados(as) ao final do período	4			3		
Nº de admissões durante o período	1			1		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	-			-		
Nº de estagiários(as)	-			-		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	-			-		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1			-		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,00%			0,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1			1		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	100,00%			100,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	0			-		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2021			Metas 2022		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	6,84			6,84		
Número total de acidentes de trabalho	-			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2021: 56.840			Em 2020: 113.393		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	21% governo 4% colaboradores(as) 8% acionistas 41% terceiros 26% retido			11% governo 1% colaboradores(as) 0% acionistas 9% terceiros 79% retido		
7 - Outras Informações	2021			2020		
7) Investimentos sociais	-			-		

Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (“Companhia”), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, companhia integrante do Grupo Energisa, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de junho de 2017 e tem como objeto social explorar concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica.

1.1. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 11 de agosto de 2017, foi assinado o contrato de concessão nº 43/2017 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 11 de agosto de 2047, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas no Estado do Pará, compostas pela Subestação Santana do Araguaia, em 230/138 kV, 2 x 150 MVA; pelas Linhas de Transmissão 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia, circuito duplo, C1 e C2, com extensão aproximada de 296 km, com origem na Subestação Xinguara II e término na Subestação Santana do Araguaia; módulos gerais, conexões de unidades de transformação, equipamentos de compensação reativa, conexões de unidades de transmissão, entradas de linha, interligações de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

A controladora indireta Energisa S/A foi vencedora de um lote do Leilão de Transmissão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) ocorrido em 24 de abril de 2017, na Bovespa, em São Paulo. Os investimentos previstos no empreendimento somam R\$337.554 e o prazo para a realização das obras foram de 54 meses. O prazo regulatório para entrada em Operação Comercial da Linha no Pará foi estimado para 11 de fevereiro de 2022, entretanto a energização da linha de transmissão 230kV Xinguara II - Santana do Araguaia ocorreu em 02 de novembro de 2020, além de concluir a nova subestação 230/138kV 300 MVA Santana do Araguaia e a ampliação da subestação Xinguara II.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;

V - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e

VII - operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

1.2. Efeitos da COVID-19

Contexto

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também veem publicando diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Impactos observados em 2021

Em 2021, a pandemia da COVID-19 no Brasil apresentou picos de disseminação e mortes causados pelo vírus, principalmente nos primeiros seis meses do ano, permanecendo com elevados impactos negativos na sociedade, tanto no segmento econômico como no social. Os diversos agentes governamentais continuam a implementar medidas de isolamento social e campanhas de conscientização e de vacinação.

Nos últimos meses a variante Ômicron que tem incomodado, porém não tem trazido fortes impactos na atividade econômica global.

O crescente aumento da vacinação no país, tem contribuído significativamente pelo retorno das atividades operacionais e econômicas da população brasileira. Contudo, no fim de 2021, novas ondas de mortes e disseminação do vírus causaram aumento de preocupação nos principais mercados mundiais reacendendo as discussões na comunidade científica global quanto as consequências no controle da pandemia relacionadas a possíveis precipitações da retomada das atividades econômicas e nível baixo de vacinação da população mundial.

A Administração da Companhia segue monitorando os possíveis impactos da pandemia da COVID-19 em suas operações e avalia constantemente a eficácia das medidas protetivas adotadas com o intuito de mitigar tais riscos, sendo as principais ações adotadas estão listadas a seguir:

- Regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e ações de engajamento e saúde mental para líderes e colaboradores durante a pandemia. Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento com turnos alternados para evitar exposição a aglomerações;
- Acompanhamento dos contratos de empréstimos e financiamentos para identificação tempestiva de oportunidades de liquidações ou novas contratações com a finalidade de atenuar eventuais riscos de liquidez;
- Supervisão constante das obras em andamento com ação tempestiva junto a fornecedores para impedimento de atrasos em função do cenário adverso da pandemia. Até o momento a Administração não identificou impactos relevantes em suas operações em função de atrasos nas obras em andamento. Cabe ressaltar que a Companhia mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado com um todo;

- Como forma de atenuar os efeitos da pandemia no Brasil e ciente de suas responsabilidades diante da sociedade, o Grupo Energisa criou o movimento Energia do Bem, iniciativa de mobilização nacional que inclui diferentes ações na sua área de concessão, com destaque para: doação de ventiladores pulmonares, custeio em obras hospitalares para aumento de novos leitos, distribuição de máscaras para população de alto risco, apoio financeiro a programas de fomento para aquecimento da economia e de programas sociais.

Não foram identificados outros impactos além dos mencionados acima. A Companhia segue comprometida com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, fornecedores, acionistas e das comunidades na região onde atua, bem como é orientada pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A Companhia avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19 ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2, e concluiu que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de março de 2022.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 20.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 7 - Tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- II. Nota explicativa nº 10 - Concessão do serviço público (ativo de contrato);
- III. Nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
- IV. Nota explicativa nº 21 - Benefícios pós emprego;

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem

o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2021, compreendem empréstimos e financiamentos, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Concessionárias e permissionárias - refere-se aos valores de contas a receber de faturas emitidas pelo Uso do Sistema de Transmissão, contabilizada com base no regime de competência;

- c. **Ativo de contrato de concessão** - corresponde ao contrato de concessão nº 43/2017 do serviço público de transmissão de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e a Companhia. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, está atendido de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica.

Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo de contrato.

O valor do ativo contratual da sua Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 8% e 11% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

- e. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso em sua totalidade de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20) atendendo o período de construção e deliberação do seu contrato de concessão quanto a capitalização dos juros;
- f. **Imposto de renda e contribuição social** - a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

- g. Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.
- h. Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são:

- **Receita de construção e margem de construção:** refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento;
 - **Remuneração do ativo de contrato:** refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 8% e 11% ao ano;
 - **Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura:** refere-se aos ganhos que podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade durante a construção da infraestrutura e na energização do projeto, por refletirem algumas eventuais variações positivas ou negativas, tais como economias Capex na fase conclusão ou revisão positiva da RAP considera inicialmente no fluxo de recebimento e entrada em operação antecipada em relação ao prazo da ANEEL; e
 - **Receita de operação e manutenção:** refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade da infraestrutura de transmissão.
- i. Benefícios pós emprego** - a Companhia oferece aos seus colaboradores plano de benefício previdenciário e assistência médico-hospitalar. O plano de benefício para suplementação de aposentadoria e pensões é classificado na modalidade contribuição definida (CD). Nessa modalidade, a Patrocinadora paga as contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médico-hospitalar aos seus empregados, que efetuem contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido;

- j. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- k. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 38; IFRS 7 / CPC 40 (R1); IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais	1º de janeiro de 2021
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Em 31 de março de 2021, o IASB estendeu até 30 de junho de 2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedidos à arrendatários ("lease concessions") em decorrência da pandemia de COVID-19	31 de março de 2021

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa

5.1. Caixa e equivalente de caixa e aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificado de Depósito Bancário (CDBs) e Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2021 equivale a 93,7% do CDI.

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	5.261	279
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	19.554	-
Compromissadas	13.167	-
Total de caixa e equivalentes de caixa ⁽¹⁾	37.982	279

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos públicos, Letra Financeira do Tesouro (LFT), entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2020 foi 113,5% do CDI.

	2020
Fundo de Investimentos Exclusivos ⁽¹⁾	11.926
Títulos públicos	4.501
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	4.472
Letra Financeira (LF)	2.328
Letra Financeira (LTN)	72
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	553
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	11.926

⁽¹⁾ Fundo de investimentos exclusivos inclui aplicações em Títulos Públicos, LFT, LF, LTN, NTNB e NTNF foram remuneradas a 113,5% em 2020 do CDI no Fundo FI Energisa.

6. Concessionárias e Permissionárias

	2021	2020
Contas a receber com partes relacionadas	1.093	1.096
Contas a receber de demais clientes	2.519	5.756
Total - circulante	3.612	6.852

7. Tributos a recuperar

	2021	2020
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	2.491	423
Contribuição Social s/o Lucro - CSLL	132	73
Outros	255	255
Total - circulante	2.878	751

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

8. Tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2021	2020
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	10.941	12.094
Contribuição social sobre o lucro líquido	3.939	4.354
Total	14.880	16.448
Total líquido - passivo não circulante	(14.880)	(16.448)

As diferenças temporárias, considerando a presunção do regime de tributação, são:

	2021		2020	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Concessão do serviço público - ativo de contrato	(43.764)	(14.880)	(48.376)	(16.448)
Total - Passivo não Circulante	(43.764)	(14.880)	(48.376)	(16.448)

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

Regime lucro presumido	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas de operações com transmissão de energia	5.424	5.446	976	976
Receitas operacional bruta	62.861	62.861	198.563	198.563
Alíquotas de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre a receita bruta	5.463	8.197	15.963	23.945
Receitas da prestação de serviços	3.252	3.332	-	-
Alíquotas de presunção	32%	12%	-	-
Lucro presumido sobre a prestação de serviços	1.041	400	-	-
Receitas financeiras	16.429	16.504	274	354
Total das Receitas sem presunção	16.429	16.504	274	354
Base de cálculo total	22.933	25.101	16.237	24.299
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	9%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(5.733)	(2.259)	(4.059)	(2.187)
Outros	(160)	-	492	221
Total	(5.893)	(2.259)	(3.567)	(1.966)

9. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Energisa Transmissora S/A, que por sua vez detém o controle acionário de outras Companhias:

- Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;
- Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;
- Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;
- Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;
- Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A; e
- Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A.

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades, REDE Energia Participações S/A, Alsol Energias Renováveis S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação nas seguintes Companhias, como segue:

Controladas diretas da Energisa S/A:

- Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB);
- Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO);
- Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE);
- Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF);
- Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO);
- Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC);
- Energisa Soluções S/A (ESOL);
- Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;
- Energisa Comercializadora de Energia Ltda; e
- Voltz Capital S/A.

Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A:

- Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS);
- Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT);
- Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO);
- Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS);
- Multi Energisa Serviços S/A;
- Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER);
- Companhia Técnica e Comercialização de Energia (CTCE); e
- QMRA Participações S/A.

Controlada direta da Alsol Energias Renováveis S/A:

- Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda. (Laralsol).
- URB Energia Limpa Ltda.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados	Serviços Prestados (4)	Saldo a pagar (fornecedores)	Saldo a Receber (Clientes)	Partes relacionadas (2)	Despesas com partes relacionadas	Recursos destinados a futuro aumento de capital (1)
Energisa Soluções S/A (3)	(3.321)	-	(241)	-	-	-	-
Energisa S/A (5)	(151)	-	-	-	(2.183)	(150)	-
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora	-	205	-	17	-	-	-
Energisa Borborema - Distribuidora	-	26	-	2	-	-	-
Energisa Tocantins - Distribuidora	-	124	-	10	-	-	-
Energisa Mato Grosso - Distribuidora	-	10.586	-	1.002	-	-	-
Energisa Sergipe - Distribuidora de	-	122	-	9	-	-	-
Energisa Mato Grosso do Sul -	-	267	-	22	-	-	-
Energisa Paraíba - Distribuidora de	-	232	-	18	-	-	-
Energisa Minas Gerais -	-	42	-	3	-	-	-
Energisa Acre - Distribuidora de	-	32	-	2	-	-	-
Energisa Rondônia - Distribuidora de	-	123	-	8	-	-	-
Energisa Goiás Transmissora de	-	1	-	-	-	-	-
Energisa Para Transmissora de	(1)	-	-	-	-	-	-
2021	(3.473)	11.760	(241)	1.093	(2.183)	(150)	-
2020	(4.473)	1.096	(500)	1.096	(2.066)	(98)	(30.655)

(1) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

(2) Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de CDI + 0,5914% a.a. (+ 0,4084% em 2020) a.a.

(3) **Energisa Soluções S/A:** as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.

- (4) Os serviços prestados referem-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão.
- (5) Energisa S/A - refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência.

Remuneração dos administradores

	2021	2020
Remuneração dos membros do conselho da Diretoria	298	267
Outros Benefícios (a)	219	172

(a) Inclui encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes relativas ao mês de dezembro foram de R\$25 e R\$25 (R\$24 e R\$24 em 2020), respectivamente. A remuneração média em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$25 (R\$24 em 2020).

Programa de Remuneração Variável (ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de três programas de concessão de ações em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP ⁽¹⁾	2º programa ILP	3º programa ILP	4º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações	1.768	1.552	1.499	2.225
Data de aprovação do Conselho de Administração	10 de maio de 2018	09 de maio de 2019	10 de fevereiro de 2021	13 de maio de 2021
Data do início vesting	02 de maio de 2018	10 de maio de 2019	21 de dezembro de 2020	14 de maio de 2021
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos
Taxa de juros livre de risco ⁽²⁾	8,2%	7,7%	5,27%	6,795%
Volatilidade ⁽³⁾	29,29%	25,06%	50,51%	35,09%
Valor justo na data da outorga	R\$44,35	R\$54,97	R\$43,69	R\$36,23
Movimentação	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação

¹⁾ Em 13 de maio de 2021, o Conselho de Administração da controladora Energisa S/A, aprovou a liquidação do 1º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo cujo montante foi de R\$63 representativo de 1.347 Units, já líquido de imposto de renda retido na fonte de responsabilidade do beneficiário.

²⁾ Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2022). Para o 3º Programa: Taxa de juros = 5,27% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2023). Para o 4º Programa: Taxa de juros = 6,795% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2023).

³⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares") para o *Total Shareholder Return* TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2021 para os programas 2º, 3º e 4º. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (*Units*) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “*pro rata temporis*”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram contabilizados R\$88 (R\$77 em 2020) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas operacionais. O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumula em 31 de dezembro de 2021 R\$180 (R\$116 em 2020).

10. Concessão do serviço público (ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das companhias de transmissão por não serem onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas Companhias através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	
Linhas de Transmissão	LT 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia
Margem de construção	67,27%
Margem de operação e manutenção	9,98%
Taxa de remuneração	8% a 11% a.a.
Índice de correção dos contratos	IPCA
Custos incorridos	318.257
RAP anual	43.781
Ativo de contrato em 31/12/2019	434.074
Receita de remuneração do ativo de contrato	52.278
Receita das margens da obrigação de performance de construção	81.468
Receita de operação e manutenção	1.026
Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	(32.007)
Receita de construção da infraestrutura	80.869
Recebimento RAP	(6.901)
Ativo de contrato em 2020	610.807
Receita de remuneração do ativo de contrato	62.861
Receita de operação e manutenção	6.031
Recebimento RAP	(55.702)
Ativo de contrato em 2021	623.997
Circulante	50.859
Não Circulante	573.138

11. Fornecedores

	2021	2020
Serviços	276	15.766
Total - circulante	276	15.766

12. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação do empréstimo e financiamento está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2020	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Saldos em 2021
Mensuradas ao custo					
Moeda Nacional					
BASA - CCB 048-19/0002-0	168.174	27.682	(22.732)	23.008	196.132
Gastos com captação	(1.362)	-	-	129	(1.233)
Total do custo	166.812	27.682	(22.732)	23.137	194.899
Circulante	787				1.064
Não circulante	166.025				193.835

	Saldo em 2019	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo						
Moeda Nacional						
BASA - CCB 048-19/0002-0	132.830	28.968	(2.986)	9.362	-	168.174
Gastos com captação	(1.490)	-	-	133	(5)	(1.362)
Total do custo	131.340	28.968	(2.986)	9.495	(5)	166.812
Circulante	213					787
Não circulante	131.127					166.025

Em julho de 2019, a Companhia contratou financiamento junto ao Banco da Amazônia o qual possui apuração de índice financeiro respeitando o seguinte limite de covenants:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3%, apurado anualmente até a data do vencimento do contrato.

O descumprimento desse índice pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Em 31 de dezembro de 2021, as exigências contratuais foram cumpridas.

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (1)	Garantias ^(*)
	2021	2020					
BASA - CCB 048-19/0002-0	196.132	168.174	IPCA + 1,8854% a.a	jul/39	Mensal a partir de 2023	11,95%	A + R + S
Custo de captação incorrido na contratação	(1.233)	(1.362)					
Total em Moeda Nacional	194.899	166.812					
Total	194.899	166.812					

(*) A = Aval Energisa S.A., R=Recebíveis, S=Seguro

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2021. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

O empréstimo e financiamento classificado no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2021
2023	6.025
2024	12.117
2025	12.117
2026	12.117
Após 2026	151.459
Total	193.835

13. Impostos e Contribuições Sociais

	2021	2020
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	2.199	873
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	4.653	1.543
Contribuições ao PIS e a COFINS (*)	22.971	22.315
Encargos Sociais	702	617
Imposto de renda retido na fonte	57	48
Imposto sobre serviços - ISS	46	-
Tributos retidos na Fonte (PIS/COFINS/CSLL)	59	47
Total	30.687	25.443
Circulante	10.019	4.943
Não circulante	20.668	20.500

(*) R\$1.989 (R\$1.627 em 2020) referente a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre o Ativo Contratual constituído, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP - Receita Anual Permitida.

14. Patrimônio Líquido

14.1. Capital Social

O capital social é de R\$152.594 (R\$121.939 em 2020), representando 152.593.714 (121.938.715 em 2020) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de abril de 2021 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$30.655, passando o capital social da Companhia para R\$152.594, com emissão de 30.655.000 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação.

Todas as novas ações foram integralmente subscritas pela acionista Energisa Transmissão de Energia S.A., e integralizadas mediante a capitalização do saldo de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC da Energisa Transmissão de Energia S.A registrados até 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 30.655.

14.2. Reserva de Capital

Em 31 de dezembro de 2021 inclui o montante de R\$180 (R\$116 em 2020) referente ao Programa Remuneração Variável implementado de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), vide nota explicativa nº 9.

14.3. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

14.4. Reserva de Lucros - reserva de retenção de Lucros

O montante de reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$14.008 que foram retidos com base no orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

14.5. Limite da Reserva de Lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as reservas de retenção de lucros montam em R\$131.898 (R\$116.907 em 2020), não sendo superiores ao capital social de R\$152.594 (R\$121.939 em 2020).

14.6. Reserva Especial de dividendos

A parcela destinada aos dividendos mínimos obrigatórios calculados a razão de 25% do lucro líquido ajustado, apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$99.180, serão destinados a reversa especial de dividendos de acordo com os termos do Art. 202 §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, que se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir. Em Reunião de Diretoria, realizada em 13 de maio e 2021, foi autorizado o pagamento de R\$2.559 com utilização do saldo da reserva especial de dividendos pagos em 13 de maio de 2021.

14.7. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício (vide nota explicativa nº 14.6), ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, calculados conforme segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	19.660	90.111
Reserva legal - 5%	(983)	(5.220)
Lucro líquido ajustado	18.677	99.180
Dividendos obrigatórios (25%)	4.669	24.795
. Valores pagos em 26 de maio de 2021 correspondem a R\$0,01477579915 por ação ordinária (*)	2.255	-
. Valores pagos em 26 de agosto de 2021 correspondem a R\$0,00408975785 por ação ordinária (*)	624	-
. Dividendos a pagar - R\$0,0117343725 por ação ordinária	1.790	-
Reserva especial de dividendos - R\$0,813359398 por ação ordinária	-	99.180
Total dos dividendos	4.669	99.180
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

(*) Os dividendos antecipados aprovados em Reunião da Diretoria, de 13 de maio, 12 de agosto de 2021 foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março, 30 de junho de 2021, respectivamente.

14.8. Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefícios pós emprego líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis. No exercício findo em 2021, foram reconhecidas perdas atuariais no montante de R\$3 (R\$105 em 2020) referente a benefícios pós emprego, líquido de tributos

15. Receita operacional

Descrição	2021	2020
Receita de construção da infraestrutura	-	80.869
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	-	(32.007)
Receita das margens da obrigação de performance da construção	-	81.468
Receita de operação e manutenção	6.031	1.026
Receita de remuneração do ativo de contrato	62.861	52.278
Outras receitas	2.732	-
Total de receita operacional bruta	71.624	183.634
Deduções da receita operacional		
Pis corrente	(57)	(22)
Pis diferido	(409)	(1.187)
COFINS corrente	(265)	(101)
COFINS diferido	(1.886)	(5.479)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(557)	(64)
Taxa de fiscalização	(183)	-
Dedução da receita	(3.357)	(6.853)
Receita operacional líquida	68.267	176.781

16. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto.

	Custo do serviço	Despesas operacionais	Total	
	De operação	Gerais e Administrativas	2021	2020
Pessoal	-	2.277	2.277	826
Programa de remuneração variável	-	88	88	77
Benefícios pós-emprego	-	81	81	65
Material	3.175	4	3.179	19
Serviços de terceiro	11.756	997	12.753	244
Depreciação e amortização	-	30	30	22
Custo de construção	-	-	-	77.917
Outras	21	109	130	61
	14.952	3.586	18.538	79.231

17. Receitas e despesas financeiras

	2021	2020
Receita de aplicação financeira	1.210	467
Juros Selic s/impostos a recuperar	5	25
Outras receitas	12	-
Total das receitas financeiras	1.227	492
Encargos de dívidas - Juros	(23.137)	(9.495)
Marcação a mercado derivativos	(12.068)	-
Instrumentos financeiros derivativos	12.648	-
Atualização de mútuos	(150)	(98)
Transferências para ordens em curso	-	7.522
Juros e multa	(2)	(10)
Despesas Bancárias/IOF	(493)	(292)
Outras despesas	(4)	(25)
Total despesas financeiras	(23.206)	(2.398)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(21.979)	(1.906)

18. Lucro por ação básico e diluído

	2021	2020
Lucro líquido do exercício:	19.660	90.111
Média ponderada das ações	144.930	105.835
Lucro líquido básico por ação - R\$ (*)	0,14	0,85

(*) A Companhia não possui instrumento diluído

19. Cobertura de Seguros

A política de Seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade.

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2021	2020
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2023	1.944	6	6
Auto - Frota	23/10/2022	Até 1.110/veículo	2	1
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2022	90.000	22	5
Risco Operacional	13/03/2024	80.000	248	-
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2022	75.000	1	2
			279	14

(*) Importância Segurada relativa ao mês de dezembro/21 e prêmio anualizado.

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2021		2020	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado:					
Caixa e equivalente de caixa		37.982	37.982	279	279
Concessionárias e permissionárias		3.612	3.612	6.852	6.852
		41.594	41.594	7.131	7.131
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto	2	-	-	11.926	2.595
		-	-	11.926	2.595

PASSIVO	Nível	2021		2020	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado:					
Fornecedores		276	276	15.766	15.766
Débitos com partes relacionadas		2.183	2.183	2.066	2.066
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		194.899	194.899	166.812	166.812
		197.358	197.358	184.644	184.644
Valor justo por meio do resultado:					
Instrumentos financeiros derivativos	2	8.988	8.988	-	-
		8.988	8.988	-	-

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2021, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Os passivos financeiros são classificados integralmente como passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado (rubrica fornecedores). Os ativos financeiros são classificados integralmente como recebíveis (rubricas caixa e equivalentes de caixa).

Gerenciamento de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da controladora indireta Energisa) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia, através da controladora, conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro

Gerenciamento dos riscos de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não operou com derivativos.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do câmbio além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Incertezas

Os valores foram estimados na data das informações financeiras intermediárias, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria

tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final dos exercícios são:

	2021	2020
Dívida (a)	194.899	166.812
Caixa e equivalentes de caixa	(37.982)	(279)
Dívida líquida	156.917	166.533
Patrimônio líquido	416.091	403.592
Índice de endividamento líquido	0,38	0,41

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado na nota explicativa nº 12.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		276	-	-	-	-	276
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	8,72%	11.398	8.890	43.584	41.463	205.868	311.203
Instrumentos Financeiros Derivativos		240	5.000	3.748	-	-	8.988
Total		11.914	13.890	47.332	41.463	205.868	320.467

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com

bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do Grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras intermediárias, são como segue:

	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	37.982	279
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	-	11.926
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	9	623.997	610.807

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 12, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (BASA - Banco da Amazônia S/A) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

A Companhia não possui dívida em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2021, a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar se apresentam conforme segue:

	2021
Passivo circulante	5.241
Passivo não circulante	3.747

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de "hedge" e não reflete a expectativa da Administração.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento.

Adicionalmente, a Companhia possui operações de *swap* de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao "Notional" de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de *swap* de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú x EPA I	196.058	IPCA + 1,88%	CDI - 0,44%	27/03/2024	N.a

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros e taxa pré-fixada dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2021	2020		2021	2020
Dívida (Objeto de Hedge)	196.058	-	Taxa Pré-Fixada	-	-
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	196.058	-	Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	187.264	-
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(196.252)	-
			Posição Líquida Swap	(8.988)	-
			Posição Líquida Dívida + Swap	(8.988)	-

O valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 12 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2021, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - IPCA	(196.058)		(196.058)	(196.058)	(196.058)
Variação Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros	187.264		188.058	188.058	188.058
Derivativos - Pré					
Variação - Taxa de Juros	-		794	794	794
Posição Passiva		Alta CDI			
Instrumentos Financeiros	(196.252)		(196.252)	(196.252)	(196.252)
Derivativos - CDI					
Variação - CDI + TJLP	-		-	-	-
Subtotal	(8.988)		(8.194)	(8.194)	(8.194)
Total Líquido	(205.046)		(204.252)	(204.252)	(204.252)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada, isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2021 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 4,42%, IPCA = 10,06% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	32.721	Alta CDI	3.632	4.540	5.448
Instrumentos financeiros passivos:	(196.132)	Alta IPCA	(19.731)	(24.664)	(29.597)
Subtotal (**)	(196.132)		(19.731)	(24.664)	(29.597)
Total - (Perdas)	(163.411)		(16.099)	(20.124)	(24.149)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2021 (11,10% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2021 e IPCA 10,06% ao ano.

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

21. Benefícios pós emprego

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de 1 plano de benefício previdenciário aos seus empregados. O plano é administrado pela ENERGISAPREV - Fundação Energisa de Previdência, na modalidade de contribuição definida, aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos nessa modalidade, não estão sujeitos à avaliação atuarial no âmbito do CPC 33 (R1).

O plano de benefício Plano Energisa CD, por ser na modalidade contribuição definida puro, têm seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora. Em 31 de dezembro de 2021 o plano possui 4 (4 em 2020) participantes ativos e nenhum assistido ou pensionista. (as informações estão na planilha anexa para o plano Energisa CD)

A contribuição da patrocinadora para os planos de benefícios previdenciários durante o exercício de 2021 foi de R\$81 (R\$61 em 2020).

Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, na modalidade de pós pagamento, onde as contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

No exercício de 2021 a Companhia procedeu o cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) tendo apurado o montante de R\$1 (R\$4 em 2020) referente a ganhos/perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS (SulAmérica). No caso de rescisão e/ou aposentadoria automaticamente cessa esse benefício. No exercício de 2021 as despesas com o plano de saúde foram de R\$38 (R\$57 em 2020). Inclui R\$1 (R\$4 em 2020) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

	2021	2020
Valor Presente da Obrigação no início do exercício	4	98
Custo do Serviço corrente	1	4
Custo de juros	-	7
(Ganhos) Perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	(3)	(105)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	<u>2</u>	<u>4</u>
Circulante	1	1
Não circulante	1	3

Demonstração das despesas para o exercício de 2022, segundo critérios do CPC33 (IAS 19):

	2022
Custo do serviço corrente	<u>1</u>
Valor das obrigações calculadas no final do ano	<u>1</u>

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	SULAMERICA
	2021
VARIÁVEIS ECONÔMICAS	
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	5,31%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,50%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	10,05%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,50%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	8,68%
Taxa de Rotatividade	11,50%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS	
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Frac)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado

22. Meio ambiente (*)

1. Na implantação e operação dos ativos de transmissão da Companhia são realizados todos os cuidados ambientais necessários para evitar e/ou mitigar os impactos socioambientais inerentes ao empreendimento, traduzidos em programas específicos, validados junto aos órgãos ambientais licenciadores. Ressalta-se ainda que os programas e projetos socioambientais desenvolvidos estão alinhados ao desenvolvimento sustentável da região. Merecem atenção algumas ações as quais são destacadas abaixo: 1. Programa de Gestão Ambiental da Operação - O objetivo geral do Programa de Gestão Ambiental da Operação é dotar o empreendimento de uma estrutura eficiente capaz de avaliar e gerir de forma constante as ações da operação sob a ótica ambiental, apresentando resultados e indicando medidas de controle ambiental da operação da Linha de Transmissão (LT) 230kV SE Xinguara II - SE Santana do Araguaia C1 e C2.

2. Controle e Monitoramento de Processos Erosivos - Ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, cujo desdobramento de ações tem por objetivo estabelecer e padronizar atividades preventivas e corretivas que visem promover o controle e monitoramento dos processos erosivos que possam ocorrer durante a operação do empreendimento. As ações propostas são empregadas tanto nos pontos onde há erosão ocorrendo bem como na prevenção ao surgimento de novos processos erosivos.

3. Gestão de Resíduos Sólidos - Ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação e tem por objetivos reduzir a geração de resíduos na fonte primária, adequar a segregação na origem e assegurar o correto manuseio, armazenamento temporário e destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos, de modo a controlar e minimizar riscos ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades próximas ao empreendimento.

4. Comunicação Social - O Programa de Comunicação Social tem como objetivo geral estabelecer um fluxo de comunicação e informação entre os mais diversos públicos e o empreendedor, por meio da utilização de estratégias e canais de comunicação eficazes, utilizando linguagem clara, permitindo, então, o compartilhamento de informações de forma sistemática e transparente, visando reduzir ao máximo os conflitos potenciais e problemas relacionados à instalação do empreendimento.

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. A Companhia possui Licença de Operação 12417/2020 emitida em 29 de setembro de 2020 com vencimento em 28 de setembro de 2025 para o trecho SE Santana do Araguaia - SE Xinguara.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2021, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R\$232 (R\$5.587 em 2020).

(*) As Informações estão fora do escopo dos auditores independentes.

23. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2021 e 2020, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2021	2020
Outras transações não caixa		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	62.861	52.278
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão	-	50.487
Atividades operacionais		
Pagamento de Fornecedores a prazo	-	501
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	-	501
Atividades de financiamento		
Aumento de capital com reservas	30.655	64.115

Diretoria Executiva

Gabriel Mussi Moraes

Diretor Presidente e Diretor de Transmissão

Maurício Perez Botelho

Diretor Administrativo

Alexandre Nogueira Ferreira

Diretor sem Designação Específica

Gabriel Mussi Moraes

Diretor de Transmissão

Rodolfo da Paixão Lima

Contador

CRC RJ-107310/O-0

Vicente Côrtes de Carvalho

Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas, Diretores, Conselheiros e Administradores da

Energisa Pará Transmissora de Energia I S.A.

Cataguases - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Pará Transmissora de Energia I S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ093771/O-9